

ETNOGRAFANDO DOCUMENTOS EM DISPUTA: ESTUDO ANTROPOLÓGICO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM GUAIBURA (GUARAPARI - ES)

MICHELLE ZECHNER¹;
GUILLERMO STEFANO ROSA GÓMEZ²

¹Universidade Federal de Pelotas – koehpinas@gmail.com

²Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CEIL) – guillermorosagomez@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa abordou os impactos da construção de um grande empreendimento imobiliário em um território reivindicado por uma comunidade tradicional. O cenário em análise é a península de Guaibura, situada no município litorâneo de Guarapari, Espírito Santo. O local insere-se em um contexto urbano em intensa transformação, impulsionada por uma recente onda de megaempreendimentos imobiliários. O estudo centra-se no embate entre a construtora, ambientalistas e uma comunidade tradicional que reivindica o território por seu uso ancestral.

Dialogando com os campos da Antropologia do Meio Ambiente e da Antropologia da Burocracia, a investigação acompanha os processos pelos quais a comunidade tradicional adotou a linguagem e a gramática burocrática dos documentos oficiais para protestar contra a construção. Com objetivo de compreender tal controvérsia a partir da perspectiva antropológica, este trabalho analisa as dinâmicas por trás da aplicação de leis e normativas. O foco recaiu sobre os diversos agentes envolvidos e suas atuações nas "trilhas de papel" do caso, buscando evidenciar como os processos burocráticos se tornam arenas de disputa por poder e influência. Buscando discutir como as disputas territoriais, narrativas e ideológicas também se constroem a partir de documentos, mobilizou-se a metodologia etnográfica que inclui a análise de documentos e a descrição de cenas específicas que mostram mecanismos por trás do cumprimento (ou não) das leis ambientais e territoriais. O caráter dinâmico do objeto de pesquisa desafiou a refletir sobre um processo em andamento e sem conclusão jurídica definitiva, o que acrescentou desafios teórico-metodológicos significativos e possibilitou novas formas de aprendizado científico.

2. METODOLOGIA

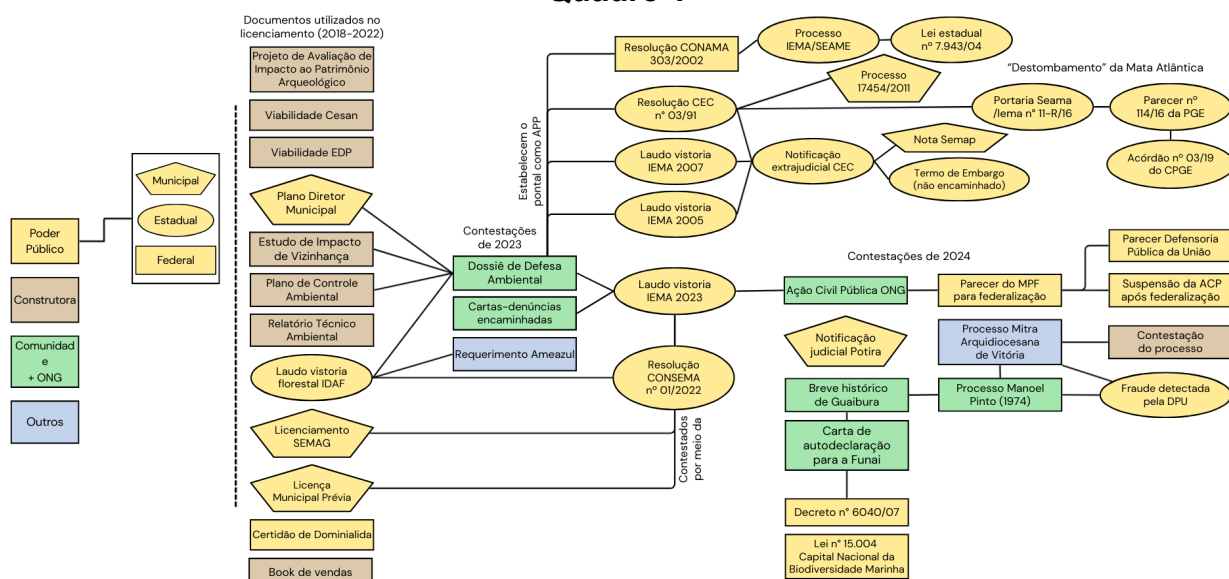
A presente pesquisa se desenvolve a partir de encontros etnográficos com documentos burocráticos produzidos por diferentes agentes em Guarapari diante de um conflito que envolve dimensões territoriais, políticas, econômicas e, até mesmo, linguísticas. Ao investigar a agência e a performatividade dos documentos, procuramos seguir "trilhas de papel" (LOWENKRON; FERREIRA, 2014) que se formaram em torno do conflito, focando na proposta de FERREIRA (2022), de interpelar os documentos não em relação ao que eles dizem, mas ao que eles fazem, acionam ou provocam em determinados contextos, prestando atenção também na micropolítica das interações entre documentadores e documentados. Para isso, acessamos diferentes níveis e tipos de documentos,

dentre eles, alguns são “estatais”, isto é, produzidos por atores da esfera pública, num geral, órgãos governamentais de nível municipal, estadual e federal. Outros se tratam de produções acadêmicas, como entrevistas, pesquisas e coletas de dados realizadas por colegas de outras áreas. E, ainda, documentos da sociedade civil ou das empresas, tratando-se de agentes ativos na elaboração de suas próprias narrativas para defender seus respectivos interesses. A análise das relações entre os agentes e de seus discursos está ancorada no campo da antropologia da burocracia e do meio ambiente. Esta fundamentação teórica apoia-se em três pilares principais: no conceito de “ambientalização” dos conflitos sociais, formulado por LOPES (2006); em estudos etnográficos – a exemplo de MORAWSKA VIANNA (2014) – que investigam como tecnologias e procedimentos burocráticos (as “trilhas de papéis”) produzem impactos específicos sobre populações tradicionais; e, por fim, em pesquisas como a de RIFIOTIS (2014), que discutem a luta por direitos no âmbito jurídico, palco da tensão constante entre legalidade e legitimidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para esta pesquisa, foram levantados 34 documentos, que incluem laudos de licenciamento ambiental, portarias de órgãos governamentais, encartes e projetos de empreiteiras, documentos produzidos e/ou contratados pela construtora, documentos redigidos pela comunidade e por ONGs, atas, entre outros papéis de diversas naturezas. O tratamento analítico envolveu a sua compilação e estudo minucioso de seus conteúdos, suas inter-relações e agências sobre as ações dos órgãos e sujeitos foram abordadas. Visando seguir as trilhas de papel deixadas por este conflito socioambiental, foi criado um esquema visual (Quadro 1) que evidencia como antigos documentos interagem com novos, bem como as lacunas de formalização, que criam espaço para que notificações judiciais e respostas a processos assumam uma posição de maior autoridade em uma hierarquia de legitimidade documental.

Quadro 1



Fonte: elaboração própria

A inserção no campo dos documentos se deu por meio de um “Dossiê de Preservação Ambiental”, elaborado por uma ONG que se uniu às reivindicações da comunidade. O documento visou denunciar o desmatamento em área de restinga no Morro da Guaibura e, com base em um inventário técnico, questionar a legalidade do empreendimento. O estudo, que identificou espécies ameaçadas e migratórias no local – caracterizando-o como Área de Preservação Permanente (APP) –, serviu para apontar vícios processuais e invalidar os licenciamentos ambientais anteriores.

A população do local, que se afirma como indígena e caiçara, apresentou resistência ao empreendimento imobiliário uma vez que o desmatamento da área de restinga estava ocasionando a perda de espécies locais, terrestres e aquáticas, de uso medicinal e artesanal, além de destruir e impedir o acesso a ambientes que eram utilizados para a socialização e eventos da comunidade. O posicionamento da comunidade nesse caso revela uma transformação na forma e na linguagem do conflito social, assim como uma institucionalização parcial de tal. Esse processo é descrito por LOPES (2006) como a “ambientalização” dos conflitos sociais, a qual influencia a forma como a temática ambiental é apropriada e ligada a conflitos anteriores, reelaborados sob nova linguagem. A incorporação da questão ambiental por comunidades tradicionais como uma forma de garantir seus direitos territoriais e culturais a partir de outros âmbitos explora o uso do que é judicializado com maior facilidade. A própria judicialização – e, consequentemente, a confecção de documentos – é um ponto central, uma vez que as lutas sociais têm se legitimado ao tomar como correlato a este a legalidade (RIFIOTIS, 2014). Além disso, a produção de agentes burocráticos que requisitam a aplicação da lei coloca esta mesma como instrumento de promoção de cidadania e de políticas públicas.

Essa abordagem a partir de documentos é útil para pensar os processos em que se insere essa comunidade tradicional e o posicionamento e a ação de órgãos públicos e da construtora. Ao investigar o que documentos fazem, produzem ou incitam nos contextos onde circulam ou são arquivados, entendemos que os mesmos constituem uma forma de tecnologia governamental. Esses papéis possuem formas diversas e nem sempre são de fácil acesso e compreensão, sendo capazes de ocultar decisões econômicas e políticas sob sua faceta técnica, tratando-se de artefatos que persuadem por meio da forma (RILES, 2008). A “trilha de papéis” oferece um caminho interessante para a investigação antropológica, pois, ao segui-la, é possível observar se as tecnologias burocráticas cumprem o objetivo para que foram criadas – ou ainda, se há outros objetivos não ditos por trás destas trilhas exigidas em certos processos. Além disso, nota-se como há uma disputa narrativa que ocorre a partir de uma disputa documental, a qual utiliza-se de tecnologias burocráticas como principal ferramenta de persuasão, como relatamos em outra publicação (ZECHNER; GÓMEZ, 2024).

4. CONCLUSÕES

A etnografia a partir de documentos burocráticos mostrou-se útil em casos onde há a impossibilidade de um campo presencial e seguro, com contato direto com os agentes envolvidos em um conflito. Acompanhar os desdobramentos legais e as “facetas técnicas” pode, por vezes, parecer permitir desdobramentos

“intermináveis” dentro e fora da esfera burocrática, passíveis de discussões aprofundadas sobre a agência dos documentos dentro das quais emergem várias reflexões antropológicas. Seguir por “trilhas de papéis” pode acabar por revelar como documentos burocráticos mobilizados nessas trilhas técnico-administrativos são capazes de ocultar seu caráter político sob a faceta da técnica. Tais decisões estão fortemente ligadas à narrativas que impactam diretamente nas transformações no espaço urbano. Numa via de mão dupla, tais transformações acabam por criar, ou trazer de volta à tona, conflitos que recorrem a narrativas pré-existentes, instrumentalizando-as e gerando atualizações nas mesmas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Letícia. Encontros etnográficos com documentos burocráticos: Estratégias analíticas da pesquisa antropológica com papéis oficiais. **Etnografias Contemporâneas**, [S. l.], San Martín, v. 8, n. 15, p. 162-185, 2022.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 31–64, jan. 2006.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 11, p. 76-112, 2014.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. A Trilha de Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 25, n. 2, p. 22-40, 2014.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 1, p. 119-144, 2014.

RILES, Annelise. **Documents: Artifacts of modern knowledge**. Ann Arbor: University of Michigan Press. 2008.

ZECHNER, Michelle. F. Q. ; GÓMEZ, Guillermo S. R. Tecnologias burocráticas de disputa narrativa: Etnografia de conflitos socioambientais em Guarapari (ES). **Máquinas, corpos e grafias: tecnopoéticas em perspectiva transdisciplinar**. 1ed. Porto Alegre: Ideograf, 2025, v. , p. 227-240. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leppais/files/2025/04/15-04_Tecnopoeticas.pdf